

# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

OFICIE - SE  
15 1 08 2021  
Presidente

Ementa: Encaminha o anteprojeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de ensino públicas e privadas localizadas no município a notificarem os casos confirmados de COVID-19 e de afastamento de sintomáticos.

## REQUERIMENTO Nº 67/2021

REQUEIRO à Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Maria Teresinha de Jesus Pedroza, Prefeita Municipal, o anteprojeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de ensino públicas e privadas localizadas no município a notificarem os casos confirmados de COVID-19 e de afastamento de sintomáticos, com a seguinte redação:

### ANTEPROJETO DE LEI

“Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de ensino públicas e privadas localizadas no município a notificarem os casos confirmados de COVID-19 e de afastamento de sintomáticos”

**Art. 1º** - Ficam as instituições de ensino públicas e privadas localizadas no município de São João da Boa Vista obrigadas a notificarem os casos COVID-19 confirmados entre seus funcionários, docentes, alunos e prestadores de serviços.

§ 1º - Qualquer afastamento de funcionário, docente, aluno e prestador de serviço determinado após constatação de sintomas relacionados à COVID-19 também deverá ser notificado.

§ 2º - A obrigação imposta independe do local e/ou situação suspeita à contaminação em que o funcionário, docente, aluno ou prestador de serviço relatar.

**Art. 2º** - A notificação prevista nesta lei deverá ser encaminhada aos Departamentos Municipais de Saúde e de Educação, em até 24 horas após a confirmação da doença ou afastamento de pessoa sintomática.

**Art. 3º** - As instituições de ensino que descumprirem esta lei poderão ter seu alvará de licença de funcionamento suspenso temporariamente ou cassado, à critério do órgão municipal competente, e com base no agravamento do contágio averiguado dentro do ambiente escolar.

**Art. 4º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, após sua publicação.

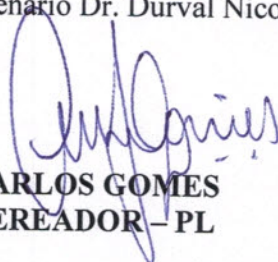


# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

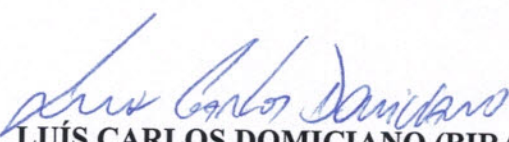
**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agradeço a atenção e providências.

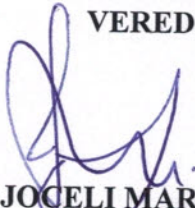
Plenário Dr. Durval Nicolau, 9 de fevereiro de 2021.



**CARLOS GOMES**  
VEREADOR – PL



**LUÍS CARLOS DOMICIANO (BIRA)**  
VEREADOR – PL



**JOCELI MARIOZI**  
VEREADORA – PL

## JUSTIFICATIVA

Vimos apresentar aos nobres Pares o presente projeto de lei, o qual *“Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições de ensino públicas e privadas localizadas no município a notificarem os casos confirmados de COVID-19 e de afastamento de sintomáticos”*

A propositura visa obrigar as instituições de ensino públicas ou privadas localizadas em nosso município a notificarem aos Departamentos Municipais de Saúde e de Educação os casos suspeitos e/ou confirmados de COVID-19 entre seus funcionários, docentes, alunos e prestadores de serviços.

Tal medida torna-se necessária à legalização da obrigatoriedade, no intuito de identificar e evitar possíveis surtos da doença nesses ambientes escolares, cabendo aos órgãos municipais notificados determinar providências para evitar que instituições de ensino colocando em risco a vida das pessoas expostas no ambiente após registro de casos.

A aprovação deste projeto também vai de encontro ao atual cenário em que vivenciamos, com a volta às aulas presenciais. Cabe citar que, nesta semana, escola particular localizada na cidade de Campinas contabilizou, no total, 42 casos de COVID-19 entre seus colaboradores e alunos.